

Carta inclui as emendas populares

BRASÍLIA — A decisão da Constituinte de permitir a apresentação de emendas populares revelou-se um sucesso: o índice de aproveitamento foi superior ao das propostas dos próprios constituintes. As grandes inovações da Constituição, respaldadas por milhares de assinaturas, consagraram a participação como um recurso legislativo.

Segundo dados da assessoria da Comissão de Sistematização da Constituinte e pelos técnicos do Serviço de Processamento de Dados do Senado, verifica-se que os constituintes apresentaram 64.058 emendas, das quais 17.375, ou 27 por cento, foram aproveitadas. Já das 122 emendas populares, 43 (ou 35 por cento) conseguiram passar, inteiras, ou em fusões com outras propostas, ao novo texto Constitucional.

Saiu do bloco das emendas populares, por exemplo, o dispositivo que dá ao povo a iniciativa de apresentação de projetos de lei, com um por cento das assinaturas do eleitorado nacional, distribuído em cinco Estados pelo menos. A seu lado, foram aprovadas propostas populares instituindo novos instrumentos de preservação dos direitos do cidadão: o habeas-data, que permite a toda pessoa saber das informações que o Governo armazenou a seu respeito; o mandado de injunção, que obriga o Poder Público a cumprir os preceitos constitucionais, permitindo, por exemplo, à comunidade exigir da Prefeitura a correta utilização dos recursos orçamentários; e a ação popular contra ato lesivo ao patrimônio público, que garantirá ao cidadão contestar o Estado.

Milhares de assinaturas respaldam grandes inovações

Foi graças a uma das sugestões populares incluídas na Constituição que o eleitorado vai deliberar, em plebiscito que se realizará no dia 7 de setembro de 1993, sobre o sistema de governo — presidencialismo ou parlamentarismo — e o regime — republicano ou monárquico. As grandes inovações no campo dos direitos dos trabalhadores — amplo direito de greve, redução da jornada de trabalho — vieram no bojo da emenda apresentada pela CUT, CGT e DIAP, com quase 300 mil assinaturas.

A FIESP também enviou sua sugestão, subscrita por mais de 30 mil pessoas, e conseguiu garantir na Constituição a livre iniciativa e a propriedade privada como pilares da Ordem Econômica. Numa das questões mais polêmicas, a reforma agrária, houve duelo de emendas populares: a que foi apoiada pelos sindicatos de trabalhadores rurais, com um milhão e duzentas mil assinaturas, foi derrotada, e vitoriosa a da Sociedade Rural Brasileira, que teve 43 mil.

Três emendas populares — uma delas com mais de 400 mil assinaturas — conseguiram a manutenção do SESC, SESI e SENAI. A aposentadoria para a dona de casa chegou à Constituinte com 132 mil apoios.

Os sindicatos dos petroleiros da Bahia e do Rio conseguiram aprovar quase na íntegra a proposta garantindo o monopólio do petróleo e proibindo os contratos de risco. As associações de aposentados também tiveram sucesso, conseguindo a modificação do sistema de cálculo dos benefícios. Algumas propostas tinham endereço particular, como uma encaminhada por funcionários de uma das empresas mais lucrativas do País — o Banco do Brasil — pela participação dos empregados no lucro das empresas.

Não tiveram a mesma sorte os censores, delegados e servidores da Polícia Federal que queriam manter a Censura sob o controle do DPF. O chamado "trem da alegria" que efetivou os servidores com cinco anos de casa foi iniciativa de emenda apresentada por associações de empregados da Caixa.

É claro que muitos foram derrotados; os anti-divorcistas e defensores da proibição expressa do aborto não tiveram sucesso, apesar das mais de quinhentas mil assinaturas, o mesmo acontecendo com os subscritores da emenda prevendo eleições presidenciais este ano.



Delfim Netto



Ulysses Guimarães



Genésio Bernardino

Recorde negativo fica com Deputado de Minas Gerais

O recorde negativo de apresentação de emendas no primeiro turno da Constituinte é do Deputado Genésio Bernardino (PMDB-MG), que chegou à Assembléia com as votações já iniciadas e, até o final, apresentou apenas uma emenda. Bernardino só perde, em presença, para o gazeteiro Mário Bouchardet (PMDB-MG) — o que menos frequentou os trabalhos —, mas ainda ganha em ociosidade, pois Bouchardet apresentou 13 emendas. Ex-Secretário de Coordenação Política do Governo Newton Cardoso, o desconhecido Bernardino pode ser bom como articulador, mas é fraco de memória. Ele sequer se recorda do conteúdo de sua única emenda.

— Não era de minha autoria — justifica.

Ulysses Guimarães assinou apenas uma emenda, mas, na verdade, criou outras 160: cerca de 80 foram assinadas pelo Deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), ainda na Comissão de Sistematização, e as outras foram entregues à Liderança do PMDB, na fase de preparação do primeiro turno.

Já Delfim Netto (PDS-SP) justificou desta forma as únicas sete propostas que apresentou:

— Preferi apresentar emendas só naquilo onde eu tinha uma contribuição a dar. Além disso, a apresentação de emendas não passou de literatura, pois quase tudo sumiu nas fusões.

Empresários e trabalhadores discutem as seis horas

SÃO PAULO — O Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS) está distribuindo aos constituintes um folheto intitulado "As seis horas que abalarão o País". De acordo com o documento, a confirmação da jornada de seis horas para turnos ininterruptos de revezamento vai prejudicar seriamente diversos setores econômicos. Se o objetivo é criar benefícios para o trabalhador, segundo o folheto, a iniciativa trará consequências exatamente opostas, pois a produção

não vai se alterar, embora os custos subam e as vendas acabem se reduzindo, gerando demissões.

Para enfrentar o forte lobby da indústria siderúrgica e da Petrobrás, na luta pela redução da jornada de trabalho, os sindicatos dos petroleiros e dos metalúrgicos do País decidiram comparecer em massa a Brasília. Eles tentarão impedir que a conquista obtida no primeiro turno seja derrotada no segundo.

— Desde 1962 os petroleiros haviam conquistado o limite máximo de seis horas nos turnos ininterruptos de trabalho, mas em 1972, com a instituição do Decreto 5.811 e com a enorme pressão exercida pelo ex-Presidente da Petrobrás Sigeaki Ueki, que ameaçava retirar os adicionais dos salários, os sindicatos foram forçados a um retrocesso — comenta o Presidente do Sindicato dos Petroleiros do Rio, Mirth Xavier de Meireiros.